

Município da Ribeira Grande

# Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

2013

## Introdução

---

O Município da Ribeira Grande apresenta demonstrações financeiras consolidadas relativas a 31 de Dezembro de 2013, com base na Portaria 474/2010 de 15 de Junho e no Artigo 75.º da Lei 73/2013 de 3 de Setembro que revoga a Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro.

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) não contém quaisquer normas respeitantes a consolidação, pelo que optámos pela aplicação das regras de consolidação contidas no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, que transpõe para o direito interno as normas de consolidação de contas, estabelecidas na 7ª diretiva (83/349/CEE), aprovada pelo Conselho das Comunidades Europeias em 13 de Junho de 1983.

O presente Anexo apresenta as notas aplicáveis ao Grupo Público, conforme previsto no Decreto-Lei nº 158/2009, assim como as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo, tal como exigidas pela alínea d) do nº 7 do Artigo 75º da Lei nº 73/2013 (que revoga a Lei nº 2/2007).

## I – Informações relativas às entidades no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

### Nota 1 – Entidades incluídas na consolidação

Entidade	Sede	Objeto Social	% Capital	Motivo
Município de Ribeira Grande	Largo Conselheiro Hintze Ribeiro, Ribeira Grande	Administração Local	---	a)
Ribeira Grande Mais – Empresa Municipal de Habitação Social, Requalificação Urbana e Ambiental, Unipessoal, S.A., E.M., em liquidação	Rua da Estrela, 31, Conceição, Ribeira Grande	Desenvolvimento, implementação, gestão, exploração de infra-estruturas e condições para a promoção social, requalificação urbana e ambiental no concelho da Ribeira-Grande, incluindo a criação, construção, remodelação, gestão e exploração de espaços e equipamentos desportivos, de lazer e turismo e zonas balneares e a organização de eventos e atividades nestes espaços e equipamentos; aquisição de imóveis necessários ao desenvolvimento do seu objeto.	100%	b)
Fundação para o Desenvolvimento Sócio-Profissional Cultural de Ribeira Grande	Rua Nossa Sra. de Fátima, Rabo de Peixe, Ribeira Grande	Promoção e desenvolvimento da educação, da cultura e da qualificação profissional dos recursos humanos.	100%	b)

Motivo de inclusão no perímetro de consolidação:

- a) Empresa mãe;
- b) Entidade controlada a 100% pelo Município.

### Nota 2 – Entidades associadas a empresas incluídas na consolidação

Entidade	Sede	Objeto Social	% Capital
SDRG- Sociedade de Desenvolvimento de Habitação Social da Ribeira Grande, S.A.	Rua da Estrela, 31, Conceição, Ribeira Grande	Desenvolvimento, implementação, construção, gestão e exploração da habitação social no concelho de Ribeira Grande, bem como a aquisição e alienação de imóveis, no âmbito de projetos de requalificação urbana e necessários ao desenvolvimento do seu objeto.	49%

Esta entidade foi incluída no perímetro de consolidação por se entender que apesar de ser detida indiretamente pelo Município este detém uma influência significativa sobre a mesma e tem responsabilidade subsidiária sobre os seus passivos.

### Nota 3 – Entidades consolidadas pelo método proporcional

Entidade	Sede	Objeto Social	% Capital	Motivo
EIRSU – Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel, EIM	Rua El-Rei D Carlos I, nº 27, 1º Esq., Ribeira Grande	Desenvolvimento de sistemas de abastecimento de águas, de sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas, de sistemas de limpeza pública e de recolha e transporte de resíduos sólidos, de desenvolvimento e inovação empresarial e de requalificação ambiental	33%	a)

Motivo de aplicação da consolidação proporcional:

- a) Empreendimento conjunto com as Autarquias de Lagoa e Vila Franca do Campo, em que cada uma detém 33% e controlam conjuntamente a entidade.

## II – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

### Nota 4 – Insuficiências das normas de consolidação

Não existindo normas específicas de consolidação de contas em ambiente POCAL, foram utilizadas as normas estabelecidas no Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho do Plano Oficial de Contabilidade, com as exceções indicadas na Nota 5.

### Nota 5 – Derrogação às normas de consolidação

O POCAL não prevê a aplicação do método de equivalência patrimonial, mas apenas a redução da quantia escriturada quando a quantia recuperável da participada é inferior.

## III. Informações relativas a compromissos

### Nota 6 – Compromissos financeiros não evidenciados no balanço consolidado

O Município no seu Balanço incorpora todos os compromissos financeiros, com exceção dos que constam da nota seguinte do anexo relativa a garantias prestadas pelo Município, cujo compromisso só será de relevar se houver acionamento da respetiva garantia.

**- Carta - Conforto pela Câmara Municipal de Ribeira Grande para garantia de todas as responsabilidades assumidas.**

#### IV. Informações relativas a políticas contábilísticas

---

##### Nota 8 – Critérios de valorimetria

---

###### Bens de Domínio Público

---

Os bens de domínio público adquiridos até 31 de Dezembro de 2000 foram valorizados pelo método do custo ou do valor de substituição/reposição, o qual corresponde ao cálculo do montante que seria necessário para construir o imóvel em estado novo, com materiais equivalentes aos que foram utilizados na origem, corrigido da depreciação sofrida até a data de avaliação.

Na avaliação dos terrenos subjacentes às frações, fogos habitacionais ou comerciais foi utilizado o método de mercado, que corresponde à avaliação do preço corrente de mercado. Entende-se por valor atual dos bens o seu valor em estado novo, deduzido da depreciação ocorrida à data da avaliação.

Para os bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2001, na valorização dos bens de domínio público foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

###### Imobilizações incorpóreas

---

As imobilizações incorpóreas foram valorizadas ao custo de aquisição e são amortizadas pelo período de vida útil que esteja estipulado.

###### Imobilizações corpóreas

---

Bens adquiridos até 31 de Dezembro de 2000:

A avaliação dos bens imóveis foi realizada de acordo com o método do custo ou o método de mercado (conforme o descrito para os Bens de Domínio Público). Para os bens móveis, utilizou-se como regra o critério do custo histórico e, nos casos em que tal era impossível, recorreu-se a uma avaliação por comparação a bens já avaliados, com as mesmas características.

Para os bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2001 foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção. No Município para alguns bens obtidos a título gratuito considerou-se o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos legais.

As amortizações da generalidade dos bens do activo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, pelo que os bens terminados ou adquiridos no exercício de 2013 sofreram a primeira amortização no presente ano económico.

No caso das empresas municipais e entidades participadas, as amortizações dos bens de imobilizado são calculadas por aplicação das taxas máximas conforme previsto no Decreto Regulamentar aplicável.

É de referir que no processo de consolidação não foi realizada a harmonização de taxas aplicadas pelas empresas municipais e entidades participadas com as utilizadas pelo Município.

### Investimentos financeiros

---

Os Investimentos Financeiros foram contabilizados pelo custo de aquisição. A Empresa Municipal contabiliza os seus Investimentos Financeiros pelo Método da Equivalência Patrimonial, tendo os seus efeitos sido anulados nas operações de Consolidação.

### Existências

---

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas pelo custo de aquisição.

### Dívidas de e a terceiros

---

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Quando haja uma um significativo risco de cobrança são efetuados ajustamentos para refletir a potencial perda.

### Disponibilidades

---

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

### Especialização de Exercícios

---

Os custos e proveitos são registados quando incorridos ou obtidos, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

## Locação Financeira

Os ativos adquiridos por locação financeira são incluídos no ativo da entidade e o valor em dívida no passivo, sendo os bens objeto de depreciação e os juros reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

## V. Informações relativas a determinadas rubricas

### Nota 9 – Movimentos ocorridos nas rubricas de ativo imobilizado

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado podem ser resumidos como segue.

#### Ativo Bruto

Rubricas	Saldo inicial	Ajustamentos	Aumentos	Tr. e abates	Saldo final
Bens de domínio público					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios					
Outras construções e infra-estruturas	49.363.318		473.095	8.134.232	<b>57.970.645</b>
Bens do pat. histórico, artístico e cultural	32.185		0	0	<b>32.185</b>
Outros bens de domínio público	722.370		0	4.695	<b>727.066</b>
Imobilizações em curso	5.590.534	3.798.683	267.061	-9.313.334	<b>342.945</b>
Adiantamentos por conta					
	<b>55.708.406</b>	<b>3.798.683</b>	<b>740.156 -</b>	<b>1.174.406</b>	<b>59.072.840</b>
Imobilizações incorpóreas					
Despesas de instalação					
Despesas de investigação e desenvolv.	1.140.123		44.882	-313.196	<b>871.808</b>
Propriedade industrial e outros direitos	13.988		93.648	525.551	<b>633.187</b>
Imobilizações em curso	80.817	-5.274		-75.542	<b>0</b>
Outras Imobilizações Incorpóreas	0				<b>0</b>
	<b>1.234.927 -</b>	<b>5.274</b>	<b>138.530</b>	<b>136.812</b>	<b>1.504.995</b>
Imobilizações Corpóreas					
Terrenos e recursos naturais	7.824.628		22.620	65.814	<b>7.913.062</b>
Edifícios e outras construções	88.507.056		1.229.699	3.441.999	<b>93.178.754</b>
Equipamento básico	1.536.053		32.341	-56.164	<b>1.512.230</b>
Equipamento de transporte	1.432.248		86.872		<b>1.519.120</b>
Ferramentas e utensílios	104.305		38.405		<b>142.709</b>
Equipamento administrativo	2.788.278		126.066	-156.736	<b>2.757.608</b>
Taras e vasilhames					
Outras imobilizações corpóreas	339.760		59.687		<b>399.447</b>
Imobilizações em curso	7.368.546	-3.849.027	1.099.252	-2.637.491	<b>1.981.281</b>
Adiantamentos por conta					
	<b>109.900.874 -</b>	<b>3.849.027</b>	<b>2.694.941</b>	<b>657.423</b>	<b>109.404.211</b>
Investimentos Financeiros					
Partes de capital					<b>0</b>
Obrigações e títulos de participação					
Investimentos em imóveis					
Outras aplicações financeiras					
Imobilizações em curso					<b>0</b>
Adiantamentos por conta					
	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL</b>	<b>166.844.208 -</b>	<b>55.618</b>	<b>3.573.626</b>	<b>-380.171</b>	<b>169.982.046</b>

## Amortizações e ajustamentos

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Anulação/ Reversão	Saldo final
Bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios				
Outras construções e infra-estruturas	2.434.499	402.875		<b>2.837.374</b>
Bens do pat. histórico, artístico e cultural	3.222	460		<b>3.682</b>
Outros bens de domínio público	461	77		<b>538</b>
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta				
	<b>2.438.182</b>	<b>403.412</b>	-	<b>2.841.594</b>
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação				
Despesas de investigação e desenvolv.	226.737	12.697		<b>239.434</b>
Propriedade industrial e outros direitos	6.826	4.529	138.075	<b>149.430</b>
Imobilizações em curso				
Outras Imobilizações Incorpóreas				<b>0</b>
	<b>233.563</b>	<b>17.226</b>	<b>138.075</b>	<b>388.864</b>
Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	59	0		<b>59</b>
Edifícios e outras construções	9.230.089	1.842.427	-649	<b>11.071.867</b>
Equipamento básico	1.202.339	107.624	-55.565	<b>1.254.398</b>
Equipamento de transporte	997.844	86.913		<b>1.084.757</b>
Ferramentas e utensílios	71.865	10.282		<b>82.146</b>
Equipamento administrativo	2.419.135	122.829	-138.680	<b>2.403.284</b>
Taras e vasilhames				
Outras imobilizações corpóreas	138.676	44.409		<b>183.084</b>
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta				
	<b>14.060.007</b>	<b>2.214.483</b>	<b>-194.894</b>	<b>16.079.596</b>
Investimentos Financeiros				
Partes de capital				<b>0</b>
Obrigações e títulos de participação				
Investimentos em imóveis				
Outras aplicações financeiras				
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta				
	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>16.731.752</b>	<b>2.635.121</b>	<b>-56.819</b>	<b>19.310.054</b>

## Nota 10 – Dívidas a terceiros vencíveis a mais de cinco anos

O Grupo apresenta as seguintes dívidas com um prazo de pagamento superior a 5 anos.

Entidade	Empréstimos	Entidade Credora	Valor do empréstimo	Data de Vencimento	Capital em dívida
Município da Ribeira Grande	Comparticipação da Câmara no Empréstimo contraído pela AMISM para o Aterro Sanitário	BANIF	369.909	01-06-2019	121.766
	Financiamento 41,02% 37 fogos Ribeirinha	BANIF	1.234.079	30-10-2027	841.369
	Financiamento 17,96% e 20% R. e R.S.	BANIF	811.900	29-11-2027	473.608
	Financiamento 20% 48 fogos R. Peixe	BANIF	191.529	29-11-2027	115.716



	Financiamento de 40% 26 fogos de R. Peixe nos termos DL 110/85 de 17 de Abril e Portaria 1149/01 de 29 de Setembro	BCP	1.037.389	30-06-2035	1.002.225
	Financiamento de 20% 26 fogos R. Peixe - Parte dos Capitais Pps	BCP	511.411	30-06-2035	489.175
	Financiamento 40% 15 fogos Ribeira Seca	BPI	543.057	25-10-2027	326.404
	Financiamento 40% 48 fogos Rabo de Peixe	BPI	1.702.289	21-11-2027	1.093.731
	Rateio previsto no nº 2 do artigo 53º da LOE/2011	BESA	896.428	28-02-2037	316.763
	Habitação (50%) de 6 habitações Unifamiliares - Loteamento de Sta Luzia	CGD	87.374	26-02-2023	44.849
	Habitação (50%) de 16 fogos Loteamento de Sta Luzia	CGD	242.705	11-01-2024	135.553
	Financiamento 40% valor de aquisição dos fogos já construídos (10 Doma e 29 Rpeixe), nº9 do artigo 33º da LOE/06	CGD	1.552.056	31-05-2032	1.184.252
	Financiamento Cap. Pp. valor de aquisição dos fogos já construídos (10 Doma e 29 Rpeixe), nº9 do artigo 33º da LOE/06	CGD	334.237	01-03-2032	265.210
	Empréstimo no âmbito do Decreto-Lei nº 110/85, de 17 de Abril e Portaria nº 1149/01 de 29 de Setembro, para aquisição de 3 fogos na Ribeirinha	CGD	102.478	16-02-2034	85.806
	Financiamento do valor dos Cap. Pps. Na aquisição de 47 fogos em Rabo de Peixe e 3 fogos na Ribeirinha	CCAM	816.571	13-01-2034	727.821
	PREDE - Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado	DGTF	800.000	11-08-2019	800.000
	PAEL - Programa de Apoio à Economia Local	DGTF	1.434.848	16-11-2022	1.833.699
SDRG	Empréstimo 9015 005355 9 91	CGD	14.600.309	01-10-2032	15.676.533
	Empréstimo 9015 005969 7 91	CGD	2.409.526	01-10-2032	

## Nota 11 – Vendas e prestações de serviços por atividades e mercados geográficos

A totalidade das vendas e prestações de serviços, no montante de 3.311.029 euros realizaram-se no mercado interno.

## Nota 12 – Situações que afetem significativamente os impostos futuros

As Empresas Municipais e entidades participadas encontram-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17,50% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente

sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

O Município de Ribeira Grande está isento de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e eventual correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social). Deste modo as declarações fiscais dos últimos cinco anos poderão ainda ser sujeitas a revisão, embora as empresas municipais e as entidades participadas não antevejam situações que possam originar correções significativas.

#### Nota 13 – Remunerações atribuídas aos órgãos sociais da entidade-mãe

As remunerações certas e permanentes de titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos do Município de Ribeira Grande totalizaram 122.265,43 Euros em 2013.

#### Nota 14 – Demonstração consolidada dos resultados financeiros

<b>Contas</b>	<b>Custos e perdas</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
681 Juros suportados		576.141	712.804
682 Perdas em entidades participadas		0	0
683 Amortizações de investimento em imóveis		0	0
684 Provisões para Aplicações Financeiras		0	0
685 Diferenças de câmbio desfavoráveis		0	0
687 Perdas na alienação de aplicações de tesouraria		0	0
688 Outros custos e perdas financeiros		31.385	37.260
Resultados financeiros		-550.011	-704.779
		<b>57.516</b>	<b>45.285</b>

  

<b>Proveitos e ganhos</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
781 Juros obtidos	6.379	9.171
782 Ganhos em entidades participadas	0	0
783 Rendimentos de imóveis	51.137	36.113
784 Rendimentos de participações de capital	0	0
785 Diferenças de câmbio favoráveis	0	0
786 Descontos de pronto pagamento obtidos	0	0
787 Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0	0
788 Outros proveitos e ganhos financeiros	0	0
	<b>57.516</b>	<b>45.285</b>

## Nota 15 – Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Contas	Custos e perdas	2013	2012
691 Transferências de capital concedidas		792.724	639.779
692 Dívidas incobráveis		0	0
693 Perdas em existências		14.545	55.901
694 Perdas em imobilizações		15.829	6.455
695 Multas e penalidades		2.183	0
696 Aumentos de amortizações		0	0
697 Correções relativas a exercícios anteriores		404.560	265.864
698 Outros custos e perdas extraordinárias		103.555	282.780
Resultados extraordinários		795.686	1.176.840
		<b>2.129.082</b>	<b>2.427.618</b>

  

	Proveitos e ganhos	2013	2012
791 Restituição de impostos		0	0
792 Recuperação de dívidas		1.587	3.087
793 Ganhos em existências		50.940	67.120
794 Ganhos em imobilizações		38.723	36.057
795 Benefícios de penalidades contratuais		64.955	27.368
796 Reduções de amortizações e provisões		45.343	289.363
797 Correções relativas a exercícios anteriores		3.231	62.826
798 Outros proveitos e ganhos extraordinários		1.924.303	1.941.797
		<b>2.129.082</b>	<b>2.427.618</b>

## Nota 16 – Desdobramento da conta de provisões e movimentos do exercício

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Anulação/ Reversão	Saldo Final
Cobrança Duvidosa	199.157	92.910	49.597	242.471
<b>TOTAL</b>	<b>199.157</b>	<b>92.910</b>	<b>49.597</b>	<b>242.471</b>

## Nota 18 – Outras informações exigidas por diplomas legais

			Obrigações / Pagamentos				
Origem	Destino	Tipo de fluxos	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações ao exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	6= (2+3) - (4+5)
MRG	RG+, E.M	Transferências e Subsídios	8.607	1.103.606		1.105.782	6.431
MRG	FUNDAÇÃO	Transferências e Subsídios	0	92.466		92.466	0
SDRG	RG+, E.M	Rendas	101.177	1.011.708		1.028.576	84.309
EIRSU	MRG	Prestações de Serviços	415.313	530.217		853.580	91.951
RG+, E.M	FUNDAÇÃO	Outros	522	0		0	522
Total			525.619	2.737.997	0	3.080.404	183.213

Direitos / Recebimentos							
Origem	Destino	Tipo de fluxos	Saldo Inicial	Direitos constituídas no exercício	Anulações ao exercício	Recebiment os do exercício	Saldo Final
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	6= (2+3) - (4+5)
RG+, E.M	MRG	Transferências e Subsídios	-8.607	-1.103.606		-1.105.782	-6.431
FUNDAÇÃO	MRG	Transferências e Subsídios	0	-92.466		-92.466	0
RG+, E.M	SDRG	Rendas	-101.177	-1.011.708		-1.028.576	-84.309
MRG	EIRSU	Prestações de Serviços	-415.313	-530.217		-853.580	-91.951
FUNDAÇÃO	RG+, E.M	Outros	-522	0		0	-522
Total			-525.619	-2.737.997	0	-3.080.404	-183.213

## Nota 19 – Outras informações

### Desagregação do endividamento consolidado de médio e longo prazo

Dividas a terceiros de médio/longo prazo				
Designação das Contas	Município da Ribeira Grande	Ribeira Grande Mais, E.M	SDRG, S.A	Total
Empréstimos de médio Longo Prazo	10.956.706	0	15.676.533	26.633.239
<b>Total</b>	<b>10.956.706</b>	<b>0</b>	<b>15.676.533</b>	<b>26.633.239</b>